



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA**  
**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CONDRAF**

**ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONDRAF**

1 Aos vinte e sete dias de setembro de 2012, foi realizada a Sexta Reunião Extraordinária  
2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf, das nove às doze  
3 e trinta horas, na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Térreo – Brasília/DF. **Estiveram**  
4 **presentes:** o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Presidente do Condraf, Gilberto José  
5 Spier Vargas – Pepe Vargas, o Assessor Especial do Gabinete do Ministro, Roberto  
6 Revelino Fogaça do Nascimento; o Secretário-Executivo do MDA, Laudemir Müller; o  
7 Presidente do INCRA, Carlos Guedes e os convidados permanentes, Secretário da  
8 Agricultura Familiar do MDA; Valter Bianchini e Adhemar Lopes de Almeida da Secretaria  
9 de Reordenamento Agrário, **os (as) conselheiros (as):** Rafael Luis Giacomini (Ministério  
10 do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG ); Ana Cristina Secchi Correia (Ministério  
11 da Fazenda – MF); Marcos Aurélio de Moraes Vasconcelos (Ministério das Cidades -  
12 MCid); Glênio Gomes Nazareno (Ministério da Integração Nacional - MIntegração);  
13 Moisés Savian e Paulo Guilherme Francisco Cabral (Ministério do Meio Ambiente - MMA);  
14 Márcia Maria Freitas e Silva e Fátima Cristina C.M. Silva (Ministério da Saúde - MS);  
15 Antônio Lídio de Mattos Zambon (Ministério da Educação - MEC); Maria Márcia dos  
16 Santos Leporace (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República –  
17 SPM/PR); Arlene Cruz dos Santos de Moraes e Maria do Socorro Guterres (Secretaria de  
18 Políticas da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR); Alexandre Luis  
19 Giehl (Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA); Ênio Queijada de Souza (Serviço  
20 Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); Mário Ribas Nascimento  
21 (Confederação Nacional dos Municípios - CNM); Elisângela dos Santos Araújo e Marcos  
22 Rochinski (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do  
23 Brasil - Fetraf-Brasil); Atanagildo de Deus Matos (Conselho Nacional das Populações  
24 Extrativistas - CNS); Luís Cláudio L. da Silva (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -  
25 CNBB); Maria Elenice Anastácio e Eliene Novaes Rocha (Confederação Nacional dos  
26 Trabalhadores na Agricultura - CONTAG); Oriel Rodrigues de Moraes (Coordenação  
27 Nacional de Articulação dos Quilombolas - CONAQ); Roberto Carlos de Lima Ribeiro

28 (Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE); Amadeu Antônio Bonato  
29 (Departamento de Estudos Socio-Econômicos Rurais - DESER); Elizete Maria da Silva  
30 (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE); Jean Marc Von  
31 der Weid (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA); Jorg  
32 Zimmermann (Rede Cerrado); Hélio Ferreira Couto (Rede CEFFAs); Francisca Cristina do  
33 Nascimento (Articulação do Semi-Árido - ASA); Álvaro Afonso Simon (Federação Nacional  
34 dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola  
35 do Brasil - FASER); Silvio Ney Barros Monteiro (União Nacional das Cooperativas de  
36 Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES); **os (as) convidados (as):** Carlos  
37 Roberto Gonçalves (Representantes dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural  
38 Sustentável – CEDRS/MS); Andrea Butto Zarzar (DPMR/MDA); Isolda Dantas  
39 (DPMR/MDA). **Compareceram ainda:** Magda Zanoni (Nead/MDA); Edmilton Cerqueira  
40 (CGPCT/MDA); Analine Specht (DPMR/MDA); Reginaldo Lima (DATER/SAF/MDA);  
41 Caroline Molina (Incra); Cláudia Souza (SEDR/MMA); Lariza Gaivizzo (SEDR/MMA);  
42 Francisco Campello (MMA); Letícia Mendonça (MDA); Flaviane Canavesi (MDA); Diego  
43 Machado (CONDEF/MDA); Viviane Faria (MEC); Saulo Santos (MDA); Mônica Battista  
44 (MPA); Fátima Brandalise (Nead/MDA); Cláudia Oliveira (MCid); Graça Cabral  
45 (SEPP/PR); João Bosco Campos (GTA); Juliano Nardes (Iped); Vanessa Branco  
46 (Nead/MDA); Divina Lúcia Bastos (SECADI/MEC); Iraquitã Oliveira (SGEP/MS); João  
47 Luiz (SAF/MDA); Ana Carolina Silva (Assessoria da Juventude/MDA); Cláudia Regina  
48 Bonalume (SDT/MDA); José Aldo dos Santos (SEAF/SARA); Jeigiane Portela  
49 (DPCT/MDA); Cesar Aldrighi (Incra); Guilherme Abraão (Nead/MDA); Luciano Brunet  
50 (Incra); Doraci Cabanilha (SDT/MDA); Thais Araújo (FNDE/MEC); Ivanilson Guimarães  
51 (SDT/MDA); Francesco Pierre (Assessoria Internacional/MDA); Vera Azevedo e Letícia  
52 Braz (Secretaria-Executiva do Condraf). **Pauta** - Propostas, Debates e Deliberações do  
53 Condraf sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento  
54 Agrário. O Presidente do Condraf, atendendo a deliberação da 51ª Reunião Ordinária,  
55 ocorrida em 11 e 12 de setembro de 2012, sobre o ponto de pauta referente a Assistência  
56 Técnica e Extensão Rural – Ater, convocou o Plenário do Condraf para a 6ª Reunião  
57 Extraordinária do Condraf, atendendo ao Regimento Interno aprovado pela Resolução nº  
58 35 de 10 de janeiro de 2004, que define, em seu artigo décimo, que o Plenário reunir-se-á  
59 extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente e que a  
60 reunião extraordinária tratará exclusivamente da matéria objeto da convocação. Com esse  
61 preâmbulo foi iniciada a 6ª Reunião Extraordinária pelo Assessor Especial do Ministro,  
62 Roberto Nascimento, que informou ao plenário que a reunião teria a apresentação dos

63 trabalhos desenvolvidos pelo subgrupo de assuntos estratégicos do Comitê Permanente  
64 de Ater do Condraf, seguido do pronunciamento do Ministro e Presidente do Condraf, em  
65 seguida os debates e, por fim os encaminhamentos. Dando prosseguimento o Assessor  
66 de Política Agrícola da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura -  
67 CONTAG, Ronaldo Ramos, apresentou os resultados do subgrupo estratégico do Comitê  
68 de ATER do Condraf, que se reuniu nos dias 20 e 21 de setembro de 2012, para debater  
69 e fazer propostas sobre o Sistema Nacional de Ater. Destacou que a entidade responsável  
70 para fazer a gestão do sistema seria uma empresa, que não seria um órgão da  
71 administração direta mas uma empresa pública de direito privado, com estrutura capaz de  
72 coordenar as ações, em âmbito nacional. Essa entidade teria um fluxo regular de  
73 recursos, com instrumentos adequados para implementar os serviços de assistência  
74 técnica e extensão rural, com controle social e participação majoritária da agricultura  
75 familiar, com público devidamente qualificado pela primeira Conferência Nacional de Ater,  
76 com possibilidade de captação de recursos orçamentários de diversas fontes, que tenha  
77 flexibilidade, evitando descontinuidade nas ações e que essa empresa deverá ser  
78 vinculada ao MDA. As atribuições dessa empresa serão de organizar e coordenar o  
79 Sistema Nacional de Ater, fazer a gestão dos recursos, a descentralização na execução  
80 dos serviços de Ater, no sentido de dar qualidade ao atendimento, definir a sistemática de  
81 identificação da demanda que deverá ser construída de baixo para cima e da oferta dos  
82 serviços e o reconhecimento do trabalho executado pelas organizações sociais,  
83 relacionadas a Ater, com bons resultados, buscando um monitoramento e uma avaliação  
84 dos serviços não apenas numérica, além de promover a formação permanente dos  
85 agentes de Ater, com diretrizes dirigidas às ações, tanto a nível nacional como nos  
86 estados e municípios. O Condraf teria dois papéis, o papel deliberativo em relação aos  
87 planos de Ater e as diretrizes anuais e , no âmbito consultivo, o Condraf, por meio de suas  
88 instâncias, teria um papel em relação a identificação e qualificação das demandas e sobre  
89 as normas de credenciamento e certificação das organizações que prestam serviços de  
90 Ater. Da mesma forma e em seu âmbito de atuação, os conselhos estaduais e municipais  
91 de desenvolvimento rural sustentável teriam papel semelhante. A Conferência Nacional  
92 deverá ser o instrumento de gestão e participação social. O Sistema Nacional de Ater tem  
93 como objetivo implementar a Política Nacional de Ater. A sua estrutura será composta por  
94 uma empresa nacional e sistemas estaduais e municipais. Os sistemas estaduais serão  
95 coordenados por órgão da administração direta, vinculados, que tenham referência na  
96 Ater. As instituições participantes serão entidades governamentais e não governamentais,  
97 consórcios municipais, instituições de ensino, empresas de pesquisa e entidades com fins

98 lucrativos, segundo Lei 12.188. Haverá critérios específicos para adesão dos estados e  
99 entidades governamentais e não governamentais e aquelas com fins lucrativos e um  
100 sistema unificado de informação e a participação social em todas as suas instâncias, a  
101 partir de um plano nacional, dos planos estaduais e dos planos municipais de Ater que  
102 deverão ser aprovados e reconhecidos em cada instância. As delegacias do MDA farão a  
103 gestão, quando não houver a adesão do estado. A gestão também se dará em fóruns  
104 legítimos de gestão social. No caso dos estados serão estabelecidos padrões de serviço,  
105 com a definição da capacidade operacional para fazer assistência técnica com qualidade,  
106 com definição de metas e resultados pactuados para esses serviços, tendo uma relação  
107 de repasse direto de recursos a partir da empresa para custear parte das despesas  
108 operacionais, excetuando-se pagamento de salários do quadro funcional das instituições  
109 estatais. Nos estados que aderirem ao sistema e constituírem o fundo e, além disso,  
110 aportarem recursos próprios para o fundo, o governo federal poderá aportar recursos para  
111 a publicização de Chamadas Públicas de Ater. No caso das organizações não  
112 governamentais, o acesso aos recursos continuará a ser executado por Chamadas  
113 Públicas de Ater. Nesse caso, todas as despesas, ou seja, integralmente, essas ações  
114 serão custeadas com recursos dessas Chamadas Públicas de Ater. Dando  
115 prosseguimento apresentou algumas propostas para a transição e proposições para  
116 alteração na Lei 12.188. O Ministro agradeceu a apresentação e, em primeiro lugar,  
117 destacou que o MDA está cumprindo com o compromisso que assumiu em valorizar o  
118 Condraf enquanto instância de participação social, de discussão, indicação e definição de  
119 políticas públicas que estão a cargo do Ministério, sejam aquelas que estão a cargo da  
120 execução direta, sejam aquelas que temos que pactuar no conjunto do Governo, mas  
121 obviamente o Ministério, nesse processo de pactuação, tem posições a defender e  
122 agradecer a todas as pessoas que participaram desse trabalho, especificamente nos dias  
123 20 e 21, mas também é importante dizer que o subgrupo não iniciou agora esses debates  
124 mas de um acúmulo histórico que se materializou nas resoluções da 1ª Conferência  
125 Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, na 1ª Conferência Nacional  
126 de Ater e nos debates que o Comitê de Ater já vem fazendo. Destacou que, de parte do  
127 Ministério, da direção do Ministério, há praticamente total identidade com o que foi  
128 apresentado pelo subgrupo, ressaltando a busca pela universalização do acesso à  
129 assistência técnica e extensão rural para o público que precisa de assistência técnica e  
130 extensão rural e na definição do público prioritário, que é sujeito e construtor dessa  
131 política pública e não só simples beneficiário. “Entretanto, na questão do público, temos  
132 que ter presente que há uma parcela de agricultores que não são agricultores familiares,

133 que não estão cobertos pela Lei 11.326, os médios produtores, aqueles que estão acima  
134 dos quatro módulos fiscais em algumas regiões do País, que eventualmente também  
135 precisam de acesso à assistência técnica e acesso às tecnologias. Obviamente que não  
136 estamos falando aqui de quem tem alta renda e nem tem grandes extensões rurais.  
137 Ressaltou que é entendimento do Governo de que esses agricultores também tem que ter  
138 acesso a essa política pública e no debate dentro do Governo esta questão virá e somos  
139 de opinião de que não temos que nos opor a isso, temos que garantir a política pública de  
140 Ater para o público da agricultura familiar. Também dizer que a entidade de Ater, ao  
141 trabalhar o credenciamento de instituições que serão executoras dos serviços de Ater,  
142 sejam governamentais ou não governamentais, deverá ter um processo de certificação,  
143 que é, na prática, o acompanhamento da capacidade, da qualidade do serviço. Assim  
144 também estamos certificando instituições que poderão estar atendendo outros públicos  
145 que, por exemplo, via crédito, acessam a Ater. Defendemos que a entidade fique  
146 vinculada ao MDA. As questões de fluxo de recursos implicam no modelo de contratação  
147 e um acompanhamento da execução de serviços e é possível um modelo  
148 desburocratizado”. Afirmou que boa parte dos problemas que vivenciamos hoje se deve a  
149 baixa capacidade operacional do Ministério e para solução foi enviado um projeto de lei  
150 para a Câmara dos Deputados para autorização de realização de concursos públicos.  
151 Outra questão importante diz respeito à participação e o controle social e devem ser  
152 discutidos nas instâncias existentes: a conferência, o Conselho, o Comitê de Ater. A  
153 proposta apresentada sobre a entidade inclui um conselho de administração, nesse caso,  
154 o questionamento foi como será a participação do público que é sujeito dessa política. A  
155 resposta foi que não haverá substituição das instâncias de participação já existentes pelo  
156 conselho de administração. Por fim, destacou que esse debate é uma grande  
157 oportunidade para avançarmos em relação ao acesso à tecnologia que o público da  
158 agricultura familiar necessita e devemos fazer um debate do que queremos com a  
159 Embrapa porque boa parte das questões que estamos discutindo tem uma relação muito  
160 imbricada com a geração de novas tecnologias adaptadas à realidade da produção  
161 familiar. Em seguida o Assessor Especial do Ministro Roberto Nascimento abriu o debate  
162 para os conselheiros, que destacaram: a necessidade de detalhar a questão dos recursos  
163 dos estados e municípios que serão importantes no Sistema Nacional de Ater, a  
164 importância na participação nessa empresa pública, no conselho de administração,  
165 reafirmar que, para o movimento social, é importante se posicionar em relação ao público  
166 que representa, mesmo compreendendo que, na negociação de Governo possa ser  
167 acrescentado outro público, que devemos também ter critérios diferentes de

168 credenciamento de acordo com as organizações, que quando se fala em consórcios que  
169 possam constituídos por organizações estatais e não estatais, que haja um  
170 comprometimento de recursos dos estados para chegarmos a alcançar a universalização  
171 da Ater, houve uma proposta de substituir público exclusivo da agricultura familiar por  
172 público prioritário da agricultura familiar, debater a proposta com a Frente Parlamentar de  
173 Ater porque quando a decisão for tomada ela deverá gerar um projeto de lei e  
174 necessitaremos de apoio político na Câmara dos Deputados, incluir no diálogo sobre a  
175 pesquisa a Consepa que agrega várias organizações de pesquisa, incluir na proposta as  
176 alterações sugeridas na Lei de Ater destacando seus desdobramentos no caso de  
177 modificação e aperfeiçoamento no texto legal, questionamento se a população indígena  
178 está incluída nessa proposta, o que foi afirmado positivamente e que houve participação  
179 da representação indígena no subgrupo, incluir na proposta de Ater a abordagem  
180 territorial, garantir a participação dos municípios no Sistema Nacional de Ater e que  
181 aqueles que fizerem adesão ao sistema criem fundos municipais de Ater. Parabenizou o  
182 grupo por pensar mais na estratégia do que na consolidação de um documento final  
183 detalhado, e que o trabalho apresentado representa a consolidação do que foi realizado,  
184 em campo, na assistência técnica voltada para a construção de conhecimento  
185 agroecológico, de uma perspectiva diferenciada de agricultura sustentável e que a  
186 sociedade civil tem um importante papel na sua gestão, para evitar o que ocorreu nas  
187 Chamadas Públicas, em que não houve participação da sociedade; em relação ao público  
188 que será beneficiado por ATER, se pensarmos em ampliação, será preciso ter cuidado  
189 porque muitas vezes esse pequeno público dos médios agricultores tem demandas bem  
190 mais amplas, do ponto de vista do financiamento, do que a demanda da agricultura  
191 familiar, foi destacada a importância da integração das políticas de desenvolvimento rural  
192 sustentável às políticas de Ater, que seja levado esses debates para os estados e para os  
193 parlamentares, que a proposta atente para os povos e comunidades tradicionais que tem  
194 dificuldade de acesso às políticas de Ater, foi destacado que há necessidade de técnicos  
195 em quantidade e qualidade para atender a demanda e portanto deverá haver um  
196 destaque na formação dos técnicos, há necessidade de qualificar também os conselhos  
197 estaduais de desenvolvimento rural sustentável dando importância para o processo de  
198 gestão social. Foi feita uma consideração por um conselheiro que, na construção da  
199 proposta em relação a entidade de ATER, a elaboração foi participativa demonstrando que  
200 o Condraf se transformou efetivamente um espaço de construção de políticas e que, na  
201 primeira vez que o Ministro Pepe Vargas esteve presente no Condraf, foi feita uma  
202 cobrança no sentido de ter o Ministro não apenas de vez em quando para fazer uma

203 consideração sobre alguma política do Ministério, mas participando efetivamente como  
204 Conselheiro, debatendo os temas. Foi feito o registro que todo o Condraf tem visto com  
205 bons olhos esse esforço, que percebemos da gestão do Ministro Pepe Vargas à frente do  
206 Ministério de tornar o Condraf em espaço que debata as principais políticas. Dando  
207 seguimento ao debate de Ater pelos conselheiros e conselheiras, foi observado como se  
208 dará a relação com os estados e municípios e que o trabalho do subgrupo estratégico  
209 ainda não alcançou essa dimensão porque os municípios e os estados tem um papel  
210 relevante na execução dos serviços de Ater e que enquanto estamos debatendo, a nível  
211 nacional, os estados estão aprovando leis estaduais de Ater e nem sempre na mesma  
212 direção desses posicionamentos nacionais. Dando prosseguimento aos debates foi  
213 esclarecido pelo convidado permanente do Condraf e Secretário de Agricultura Familiar,  
214 Valter Bianchini, que a consultoria jurídica e a de controle do MDA estão acompanhando a  
215 elaboração dessa proposta em termos jurídicos, incluindo as alterações na Lei de Ater. O  
216 Secretário Informou que a relação da Secretaria com os estados e municípios vem sendo  
217 adotada a mesma linha com que, historicamente, o MDA tem seguido, mesmo agora com  
218 as Chamadas, com todos esses problemas, foi alcançado um certo equilíbrio entre a  
219 participação dos estados, dos recursos federais e a participação das organizações não  
220 governamentais em toda a sua diversidade. Na proposta consta um termo de  
221 compromisso na relação com os estados, em que o MDA entraria numa co-participação  
222 do custeio com os estados aderindo ao processo. Ora se reforça os investimentos, ora se  
223 reforça o custeio, há uma política diferenciada de acordo com o estado. Também o MDA  
224 está orientando os estados em relação criação de leis estaduais, como também na  
225 criação das redes de Ater formadas, inclusive, com organizações da sociedade, sempre  
226 levando em consideração as especificidades de cada estado, incluindo o papel das  
227 delegacias do MDA. O Presidente do Incra, Carlos Guedes, destacou o papel do Instituto  
228 nessa empresa pública e no orçamento da assistência técnica e extensão rural,  
229 destacando questões muito significativas no debate público sobre a Ater. Primeiro deles,  
230 essa questão que o Ministro traz de assistência técnica para todos, priorizando nosso  
231 público. Temos estados em que a cobertura é praticamente 100%, aliás, estamos há 20  
232 anos ou, pelo menos, desde 2003, dando cobertura plena de assistência técnica para  
233 assentamentos em alguns estados e outros estão com uma carência de atendimento. O  
234 outro tema é que tipo de assistência técnica vai ser desenvolvida, como grande serviço  
235 público do Brasil Rural, a expressão que usamos na formulação da 2ª Conferência,  
236 também termos uma formulação sobre o limite que esse serviço público tem, porque a  
237 assistência técnica não responde só ao tema da renda, mas a questão da diversidade

238 ambiental, das condições mínimas de qualidade de vida das famílias e devemos  
239 estruturar, aquilo que já conceituamos como a troca de saberes e fazeres e, mais do que  
240 isso, ser a ferramenta concreta para o serviço de assistência técnica. O Plano Brasil Sem  
241 Miséria deu um caminho nesse sentido, as redes temáticas de Ater que foram formuladas  
242 como espaços virtuais de troca de informação, é uma trajetória de acúmulo e que temos  
243 como mostrar esses elementos novos para podermos atingir o nosso objetivo. O  
244 Secretário-Executivo, Laudemir Muller, acrescentou que as questões centrais estão  
245 contidas na proposta apresentada que são: para que queremos Ater; do que estamos  
246 falando; qual é o objetivo e para quem queremos; como é a gestão desse processo, quem  
247 deverá fazer a gestão, quem comanda o processo politicamente e como vamos fazer,  
248 então a empresa, a institucionalidade, a articulação com os estados. Como conectamos  
249 com o rural que queremos, defendemos e temos um trabalho pela frente de fazer com que  
250 tenha efetividade, como essa entidade vai gerenciar, O segundo elemento da agenda é  
251 quais são as ações, as modificações da lei que queremos fazer imediatamente, de  
252 aperfeiçoamentos legais, inclusive, que já temos segurança e acordo, estamos  
253 convencidos de fazer e o terceiro elemento é discussão que estamos fazendo hoje.  
254 Destacou que esse processo não se encerra nessa reunião. Então, agora temos uma  
255 condição confortável e segura de enfrentar esse debate dentro do Governo, de levar essa  
256 proposta e queremos ter, inclusive um diálogo permanente com a sociedade. Dando  
257 seguimento foram aprovados os seguintes encaminhamentos: o Conselho Nacional de  
258 Desenvolvimento Rural Sustentável aprova a proposta apresentada pelo subgrupo  
259 estratégico do Comitê de ATER e indica ao MDA que negocie, dentro do Governo, a  
260 criação da entidade de ATER nos termos aprovados pelo Plenário da 6ª Reunião  
261 Extraordinária; que o MDA concorda que o público prioritário a ser atendido deverá ser  
262 formado pelos agricultores familiares, assentados e povos e comunidades tradicionais;  
263 que o acompanhamento dos desdobramentos relacionados ao tema será de  
264 responsabilidade do subgrupo estratégico do Comitê de ATER que manterá o Plenário do  
265 Condraf informado sobre a temática em debate e que a Diretoria de Assistência e  
266 Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar dará continuidade ao trabalho que  
267 vem sendo realizado, sem qualquer descontinuidade. Encerrando, o Assessor Especial do  
268 Ministro Roberto Nascimento afirmou que temos vivido dias muito importantes no Condraf  
269 e essa Reunião Extraordinária representou um dia histórico, uma que, mais uma vez,  
270 conseguimos que MDA e o Condraf continuem o trabalho, irmanados numa proposta para  
271 defender dentro do Governo uma proposta para melhorar a vida dos assentados e dos  
272 agricultores familiares no Brasil. Foi encerrada a 6ª Reunião Extraordinária do Condraf.



273

274

275

276

277

Gilberto José Spier Vargas

278

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

279

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

280

281

282

Laudemir Muller

283

Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

284

285

286

Valter Bianchini

287

Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário

288

289

290

Roberto Nascimento

291

Assessor Especial do Ministro do Desenvolvimento Agrário

292

293